

ARQUITETURA COMO DIPLOMACIA:

Modernidade e representação nas embaixadas do Brasil em Washington D.C. e Buenos Aires

ARCHITECTURE AS DIPLOMACY: Modernity and representation in the Brazilian embassies in Washington D.C. and Buenos Aires

LA ARQUITECTURA COMO DIPLOMACIA: Modernidad y representación en las embajadas de Brasil en Washington D. C. y Buenos Aires

GISELLE MARIE CORMIER CHAIM

Professora doutora, UnB – Universidade de Brasília, Brasília, Brasil
arq.gisellechaim@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-5133-6968>

CRediT	
Contribuição de autoria -	O(a) autor(a) foi responsável por todas as etapas da elaboração do trabalho, incluindo concepção, curadoria de dados, análise, coleta de dados, metodologia, software, supervisão, validação, visualização, redação – rascunho original e redação - revisão e edição.
Conflitos de Interesse -	Os autores certifiem que não há conflito de interesses.
Financiamento -	Este trabalho não recebeu financiamento de agências públicas, privadas ou sem fins lucrativos.
Aprovação de ética -	Os autores certifiem que não houve necessidade de aprovação de Comitê de Ética.
Uso de IA -	Os autores certifiem que não houve uso de ferramentas de Inteligência Artificial na elaboração deste trabalho.
Editores responsáveis -	Rafael Urano Frajndlich (Editor Convidado); Marcos Cereto (Editor); Patrícia Pereira Martins (Editora); Suelen Camerin (Editora); Carolina Marques Chaves Galvão (Editora); Marcela Chagas (Assistente Editorial); Luiza Ceruti (Assistente Editorial); Paola De Luca (Assistente Editorial).

RESUMO

O presente artigo investiga a arquitetura moderna como instrumento de diplomacia cultural e de representação internacional do Estado brasileiro, a partir da apresentação e análise dos projetos das embaixadas do Brasil em Washington D.C. e Buenos Aires, realizadas pelo arquiteto Olavo Redig de Campos na década de 1970. A análise se fundamenta no entendimento de que a projeção internacional da arquitetura moderna brasileira resultou de processos de circulação, intercâmbio e negociação entre diferentes atores e contextos, contribuindo para a consolidação de uma imagem de modernidade associada ao país. Inicialmente, o trabalho discute a afirmação da arquitetura moderna como linguagem de representação política no continente americano e sua difusão internacional, particularmente nas décadas de 1930 e 1940. Em seguida, examina como o reconhecimento alcançado pela produção arquitetônica brasileira possibilitou sua apropriação pelo Estado como recurso de afirmação nacional e de inserção diplomática. Por fim, a análise das embaixadas em Washington D.C. e Buenos Aires evidencia como a arquitetura moderna foi mobilizada para expressar, simultaneamente, aproximações políticas e culturais e a afirmação de uma identidade brasileira própria. O argumento principal é que esses edifícios não constituem apenas manifestações materiais da política externa, mas instrumentos ativos de representação, nos quais a linguagem arquitetônica participa da construção de uma imagem nacional e das negociações e disputas simbólicas em diferentes experiências.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura moderna brasileira; arquitetura diplomática; diplomacia cultural.

ABSTRACT

This article examines modern architecture as an instrument of cultural diplomacy and international representation of the Brazilian state through the presentation and analysis of the Brazilian embassies in Washington, D.C., and Buenos Aires, designed by architect Olavo Redig de Campos in the 1970s. The analysis is grounded in the understanding that the international projection of Brazilian modern architecture emerged from processes of circulation, exchange, and negotiation among different actors and contexts, contributing to the consolidation of an image of modernity associated with the country. First, the article discusses the establishment of modern architecture as a language of political representation in the Americas and its international dissemination. It then examines how the recognition achieved by Brazilian architectural production enabled its appropriation by the state as means of national affirmation and diplomatic positioning. Finally, the analysis of both embassies demonstrates how modern architecture was mobilized to express both political and cultural rapprochement and the assertion of a distinct Brazilian identity. The central argument is that these buildings are not merely material manifestations of foreign policy, but active instruments of representation, in which architectural language contributes to the construction of a national image and to symbolic negotiations and disputes across different contexts and experiences.

KEYWORDS: *Brazilian architecture; diplomatic architecture; cultural diplomacy.*

RESUMEN

El presente artículo investiga la arquitectura moderna como instrumento de diplomacia cultural y de representación internacional del Estado brasileño, a partir de la presentación de los proyectos de las embajadas de Brasil en Washington D. C. y Buenos Aires, realizados por Olavo Redig de Campos en la década de 1970. El análisis se fundamenta en la premisa de que la proyección internacional de la arquitectura moderna brasileña fue resultado de procesos de circulación, intercambio y negociación entre diferentes actores y contextos, que contribuyeron a consolidar una imagen de modernidad asociada al país. Inicialmente, el trabajo aborda la consolidación de la arquitectura moderna como lenguaje de representación política en el continente americano y su difusión internacional. A continuación, examina cómo el reconocimiento alcanzado por la producción arquitectónica brasileña permitió su apropiación por parte del Estado como recurso de afirmación nacional y de inserción diplomática. Finalmente, el análisis de las dos embajadas pone de manifiesto cómo la arquitectura moderna fue utilizada para expresar, simultáneamente, acercamientos políticos y culturales y la afirmación de una identidad brasileña propia. El argumento central sostiene que estos edificios no constituyen únicamente manifestaciones materiales de la política exterior, sino instrumentos activos de representación, en los que el lenguaje arquitectónico participa en la construcción de una imagen nacional y en negociaciones simbólicas entre diferentes experiencias.

PALABRAS CLAVES: *arquitectura moderna brasileña; arquitectura diplomática; diplomacia cultural.*

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, a arquitetura assumiu papel preponderante como instrumento de representação nacional e de projeção internacional. Para além de sua dimensão funcional, edifícios públicos e pavilhões de exposições passaram a integrar estratégias de afirmação simbólica, tornando-se veículos privilegiados para a construção e a difusão de imagens nacionais no exterior (Chaim, 2024).

No caso brasileiro, a consolidação da arquitetura moderna coincidiu com um período de maior inserção do Brasil no mundo e de redefinição das relações internacionais no continente americano. Exemplo disso foi o movimento de incentivo à renovação das sedes diplomáticas no exterior a partir de 1960 com a escolha deliberada do Ministério das Relações Exteriores por projetos elaborados por arquitetos brasileiros vinculados ao órgão – e, de preferência, desenvolvidos no próprio Setor de Conservação e Patrimônio.

Isso evidencia a autonomia do Itamaraty na formulação de uma arquitetura capaz de responder às especificidades da atividade diplomática – *informar, negociar e representar*¹. Nesse contexto, as novas embaixadas passaram a integrar uma ampla rede de influências simbólicas entre o Brasil e diferentes países ao condensarem dimensões políticas e culturais da presença brasileira no exterior em suas fachadas, volumes e interiores.

Nesse sentido, o presente artigo propõe discutir essa articulação sugerida entre diplomacia e arquitetura a partir da apresentação dos projetos das chancelarias do Brasil realizados em dois países prioritários para a política externa das décadas de 1960 e 1970: Argentina e Estados Unidos. São obras que se constituem não apenas como sedes administrativas da diplomacia brasileira, mas como artefatos culturais capazes de comunicar a identidade nacional no contexto de uma modernidade continental compartilhada, e que operaram efetivamente como instrumentos de nossa diplomacia cultural².

Compreendidos, portanto, como produtos da diplomacia cultural e instrumentos de implementação do *soft power* brasileiro no cenário internacional, os projetos das embaixadas do Brasil construídas no exterior apresentam-se como resultado material da interseção proposta entre conceitos oriundos da diplomacia e da política na arquitetura.

Idealizados por arquitetos brasileiros vinculados ao Itamaraty – Olavo Redig de Campos, Elvin Mackay Dubugras e Ruy Ohtake³ –, foram realizados entre os anos de 1960 e 1985 em localidades estratégicas para a política externa brasileira do período nas Américas (Argentina, Estados Unidos e Peru), na África (Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria e Cabo Verde), no Oriente Médio (Líbano e Arábia Saudita) e na Ásia (Japão e Índia)⁴.

IDENTIDADE, IMAGEM, ARQUITETURA

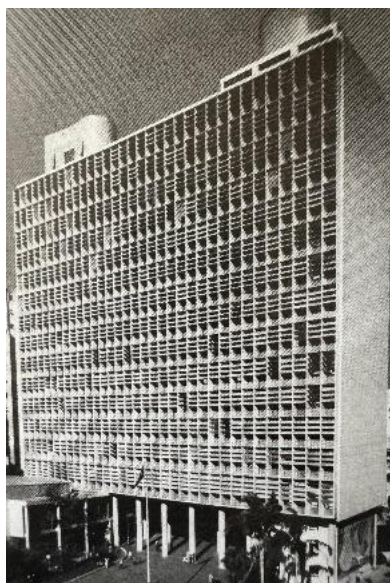
A construção da imagem do Brasil na conjuntura internacional decorre de uma confluência de fatores, mas deve muito à projeção da arquitetura moderna brasileira já a partir dos anos 1930, por meio de exposições, publicações e intercâmbios institucionais. Com efeito, os projetos de arquitetura e de urbanismo foram produtos importantes para a materialização de intenções políticas, econômicas e sociais expressas pelos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, assim como mais adiante, durante os governos militares, de cunho altamente nacionalista e desenvolvimentista (Fausto, 2012).

Grande parte desse sucesso se deveu à “completa renovação da arquitetura, ocorrida no país entre 1935 e 1945” (Bruand, 2002, p. 27). Assim, sob o mote da modernização e do

crescimento, nunca havia sido tão grande a oportunidade de realização de projetos institucionais e a intenção de inaugurar novas sedes da administração pública.

Dois projetos icônicos foram resultado dessa ação. O Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, “considerado pela crítica internacional como uma das grandes contribuições dadas à arte contemporânea” (Bruand, 2002, p. 28), cuja importância não se deve apenas ao ineditismo de suas diretrizes de projeto e à sua representatividade, mas também ao fato de ser o primeiro dentre um “notável movimento que se desenvolveu, desde então, em profundidade” (Bruand, 2002, p. 81). E o Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York, de 1939, que, assim como o exemplar carioca, podem ser considerados como as principais obras exportadoras da linguagem da arquitetura brasileira – elemento que automaticamente passou a integrar nosso *soft power* para o mundo.

Figura 1: Ministério da Educação e Saúde.

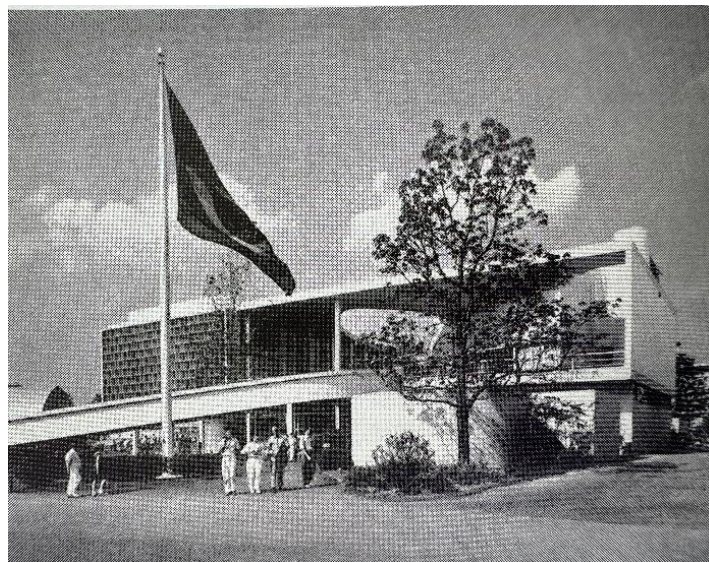


Fonte: Chaim, 2024, p. 42.

A respeito do pavilhão brasileiro para a Feira Internacional de Nova York, Comas (2010), aprofunda a compreensão do projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer ao situá-lo simultaneamente no contexto das relações políticas e econômicas entre Brasil e Estados Unidos e no processo de afirmação de uma linguagem arquitetônica moderna de expressão própria. Para o autor, a concepção do pavilhão articulava a apresentação das riquezas naturais e produtivas do país à afirmação de sua originalidade cultural e de uma modernização em curso. Essa intenção encontrava correspondência na própria arquitetura, cuja leveza, permeabilidade e expressividade formal resultavam da reelaboração de referências modernas e de elementos vinculados à tradição construtiva brasileira.

Mais do que um suporte para a exposição de produtos nacionais, portanto, o edifício era a manifestação arquitetônica da imagem de país que se pretendia projetar internacionalmente. Sob essa perspectiva, o pavilhão pode ser compreendido como um antecedente significativo da utilização da arquitetura moderna brasileira como linguagem de representação do Estado, e como instrumento de diplomacia cultural, estratégia que adquiriria novas dimensões nas décadas seguintes.

Figura 2: Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova York de 1937.



Fonte: Deckker, 2001, p. 58.

A repercussão do projeto brasileiro foi a melhor possível, com o destaque em diversas publicações internacionais. O resultado de maior abrangência foi a exposição *Brazil Builds*, organizada pelo Museu de Arte Moderna de Nova York, e o catálogo de mesmo nome. Para Segawa (2014), “não se pode desvincular esse extraordinário esforço dos norte-americanos dos interesses geopolíticos de então”. Foi o *soft power* empregado pelos americanos com o que de melhor podiam oferecer: a “aproximação cultural como meio de alcançar objetivos militares e econômicos sobre a América Latina” (Chaim, 2024).

A essa conjuntura soma-se o projeto de Brasília. Nenhum dos empreendimentos arquitetônicos e urbanísticos realizados no Brasil ao longo do século XX foi tão emblemático para a divulgação da arquitetura brasileira no exterior quanto a construção da nova capital. O concurso para o Plano Piloto, em 1957, alcançou enorme repercussão internacional, impulsionada pela publicação da proposta vencedora em algumas das principais revistas especializadas da época (Bruand, 2002, p. 355), consolidando a presença do Brasil nos debates internacionais sobre arquitetura e urbanismo.

É nesse contexto de prestígio cultural e de capital simbólico acumulado nas décadas anteriores que o Itamaraty desenvolveu uma estratégia mais elaborada de utilização da arquitetura como instrumento de representação do Estado brasileiro (Chaim, 2024), a começar pelas próprias sedes do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro e em Brasília. Embora concebidos em contextos históricos e arquitetônicos distintos, os dois palácios compartilham princípios de organização espacial relacionados às especificidades da atividade diplomática, sobretudo na articulação entre espaços de representação, ambientes administrativos e áreas destinadas ao trabalho cotidiano.

Como observa Rossetti (2009) a esse respeito, a organização funcional do Palácio Itamaraty em Brasília guarda relações com aquela estabelecida na antiga sede carioca, ao evidenciar a permanência de determinadas lógicas espaciais, reinterpretadas à luz das possibilidades

e da linguagem da arquitetura moderna. No novo Palácio em Brasília, projetado por Oscar Niemeyer, essa articulação adquire também uma dimensão simbólica particular, na qual arquitetura, interiores e obras de arte participam da construção da imagem institucional da diplomacia brasileira.

A experiência obtida com a concepção e a organização desses espaços constitui, assim, uma referência importante para compreender as soluções arquitetônicas posteriormente adotadas nas representações diplomáticas brasileiras no exterior a partir dos anos 1960, decorrentes da reorganização da presença diplomática em certas localidades e de iniciativas de aproximação com os Estados Unidos e os países latino-americanos (Chaim, 2024), como será abordado a seguir.

ARTICULAÇÕES ENTRE ARQUITETURA, POLÍTICA E DIPLOMACIA

Para melhor compreender a associação entre arquitetura e política exterior aqui proposta, cabe traçar um breve panorama dos eventos históricos que marcaram a política externa brasileira na primeira metade do século XX. De maneira geral, o posicionamento brasileiro frente a seus parceiros regionais oscilou de acordo com as transformações do cenário internacional. Essa oscilação manifestou-se, em relação aos Estados Unidos, por meio de uma postura de aproximações alternadas ao longo das décadas iniciais do século XX (Moura, 1991). No contexto latino-americano, o esforço foi o de reconstruir laços com os países vizinhos – em especial com a Argentina –, após um longo período marcado por afastamento e instabilidade no século anterior (Garcia Vargas, 2006). Esse comportamento retomava diretrizes estabelecidas durante a gestão do Barão do Rio Branco, que atuou como Chanceler entre 1902 e 1912, com foco principal na contenção da influência europeia nas Américas e na consolidação dos limites territoriais brasileiros:

(...) para Rio Branco não era contraditório manter relações privilegiadas com os Estados Unidos e de alto nível com os países da América do Sul. Ao contrário, seu projeto era que o Brasil fosse uma ponte entre ambos e liderasse a região, num esforço para criar um espaço sul-americano estável e pacífico (Doratioto *apud* Schwarcz, 2012, p. 149).

Essa lógica tornou-se evidente nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial. A chamada “equidistância pragmática” em relação ao país norte-americano perdurou até 1942, quando a ruptura – ainda que tardia – com as potências do Eixo e o alinhamento definitivo às forças aliadas conferiram ao Brasil “o status de aliado especial de Washington” no âmbito continental (Pinheiro *apud* Schwarcz, 2012, p. 153).

Após 1945, destacou-se a postura de avanços e recuos (Moura, 2012) adotada pela diplomacia brasileira. Tratava-se de uma busca por maior autonomia frente aos Estados Unidos – os ‘*avanços*’ –, que não se traduziam em ações concretas capazes de consolidar tal independência, resultando em sucessivos ‘*recuos*’ e reaproximações (Ricupero, 2021, p. 461). Foi apenas a partir de meados dos anos 1970, entretanto, que se observou uma transformação efetiva na orientação da chancelaria brasileira, sob a chamada política do “pragmatismo responsável” (Casarões; Vigevani, 2014).

Com a intenção de consolidar o Brasil como potência, capitalizando o crescimento econômico da década anterior, esse movimento se desdobrou em quatro frentes estratégicas de atuação: com o Oriente Médio, buscava-se ampliar as negociações e o diálogo diante das crises do petróleo de 1973 e 1979; com os países asiáticos, como Japão e China, o objetivo era

expandir acordos de cooperação técnica e atrair investimentos para o agronegócio brasileiro; com o continente africano, almejava-se maior aproximação política no contexto da descolonização. Por fim, na América Latina, com a tentativa do Brasil de se firmar como articulador das diferentes realidades políticas e econômicas regionais (Chaim, 2024), retomavam-se os laços com os países vizinhos que ensaiavam processos de abertura política.

É precisamente na confluência dos pontos abordados até agora que a construção de novas sedes diplomáticas assumiu protagonismo na política de representação brasileira orquestrada pelo Ministério das Relações Exteriores. Para ilustrar como esse fator se deu no continente americano, duas intervenções realizadas pelo Itamaraty no exterior serão apresentadas a seguir: as chancelarias brasileiras em Washington D.C. e em Buenos Aires.

CHANCELARIAS DO BRASIL EM WASHINGTON D.C. E EM BUENOS AIRES: O *SOFT POWER* BRASILEIRO NAS AMÉRICAS

Figura 1: Fachada principal da Chancelaria brasileira em Washington D.C.



Fonte: Chaim, 2024, p. 139.

Figura 2: Fachada principal da Chancelaria brasileira em Buenos Aires.



Fonte: Chaim, 2024, p. 204.

Apesar de inseridas em realidades bastante distintas, as chancelarias⁵ brasileiras em Washington e em Buenos Aires representam a materialização das prioridades da política externa do pragmatismo responsável na política externa brasileira dos anos 1970. De um lado, em Washington D.C., a oportunidade de projeto da chancelaria brasileira foi resultante da frutífera aliança entre ambos os países nas primeiras décadas do século XX. De outro, em Buenos Aires, representou a política de aproximação entre os governos, quando a concorrência pela liderança regional foi momentaneamente deixada de lado.

Em ambos os casos, no entanto, a monumentalidade expressa nas fachadas e o contraste dos edifícios com o entorno demonstram o protagonismo do Brasil e relembram o papel do país nas Américas. Projetadas pelo arquiteto brasileiro Olavo Redig de Campos, as duas chancelarias comunicam não apenas a adesão de seu autor aos preceitos que regiam a arquitetura moderna, mas também o domínio das sutis relações entre arquitetura e diplomacia.

Servidor da casa e à frente do Setor de Conservação e Patrimônio do Ministério das Relações Exteriores por pouco mais de três décadas, Redig de Campos teve participação substancial na construção da imagem institucional do Itamaraty (Chaim, 2024). O “arquiteto da diplomacia” foi responsável pela transferência da chancelaria para Brasília, e esteve à frente da composição dos interiores e da curadoria artística do Palácio Itamaraty na nova capital. Além dos projetos de Buenos Aires e de Washington D.C., também foi autor da residência oficial do Brasil em Beirute, no Líbano, e das embaixadas brasileiras em Dakar, no Senegal, e em Lima, no Peru (Chaim; Medeiros, 2019).

Washington, D.C. – 1973

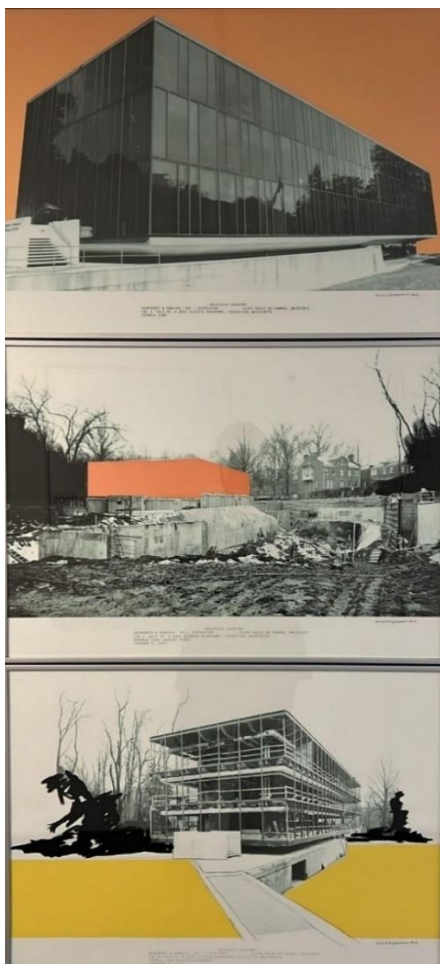
Para apresentar o projeto brasileiro em Washington D.C., é preciso compreender brevemente o panorama da fundação da capital americana e seu estabelecimento como centro diplomático internacional por excelência. Idealizada para ser uma cidade inovadora em seu projeto, Washington D.C. foi conformada a partir de uma rede ortogonal que conectaria os edifícios e espaços cívicos principais por meio de longas avenidas. Instaladas ao longo da Massachusetts Avenue Northwestern – a ‘Embassy Row’, as embaixadas estrangeiras são mansões construídas na virada do século, edifícios de escritórios com fachadas envidraçadas comprometidos com o “estilo internacional” dos anos 1960 ou prédios cuja linguagem étnica expressa na volumetria ou na ornamentação das fachadas deixavam clara a vinculação aos seus países de origem (Chaim, 2024).

No caso da chancelaria brasileira, Redig de Campos explorou o vidro como linguagem principal. Inaugurada em fins de 1973, a ‘caixa de vidro’, como ficou conhecida – é tanto monumental quanto leve, principalmente por ser capaz de espelhar o seu entorno. O edifício reflete o jardim em que se insere, com espécies nativas que mudam conforme a estação do ano: do verde denso dos meses de verão, até a perda das folhas no inverno (Figuras 6 e 7).

Maciço em sua volumetria, o projeto ocupa um prisma retangular de 15m de largura por 60m de comprimento em quatro pavimentos – térreo e três andares (Figuras 11 a 15). Se estrutura a partir de uma rede de pilares e vigas em concreto distribuídos em uma malha ortogonal, que deixam em balanço as extremidades de todas as laterais da planta retangular. Da maneira como foi concebido, portanto, as fachadas se mantiveram desobstruídas de estruturas, o que permitiu que as esquadrias fossem posicionadas do piso ao teto e não fossem interrompidas por planos horizontais referentes a vigas de bordo, por exemplo. Essa estratégia garante uma leitura especialmente leve da volumetria a partir das janelas em fita – um dos preceitos da arquitetura moderna empregados no projeto de Redig de Campos.

O tratamento do térreo também lembra soluções de projetos marcantes do modernismo brasileiro. Com a estratégia de recuar os limites da fachada no pavimento que acessa o edifício, e em seu perímetro optar por vidros transparentes em detrimento da cor bronze usada nos pavimentos superiores, o arquiteto reinterpreta na Chancelaria em Washington a ideia dos pilotis. Mantém o térreo livre, mesmo que apenas visualmente, ao passo que explicita os robustos pilares em concreto que delimitam o hall de acesso aos elevadores (Figura 7).

Figura 5: Fotomontagens ilustrativas da construção do edifício da Chancelaria, presentes nos saguões da Embaixada.



Fonte: Chaim, 2024, p. 164.

Figura 6: Fotografia do acesso posterior ao edifício da Chancelaria, a partir do estacionamento de servidores.



Fonte: Chaim, 2024, p. 164.

Figura 7: Fotografia do acesso principal ao edifício da Chancelaria, a partir da via da Embassy Row.



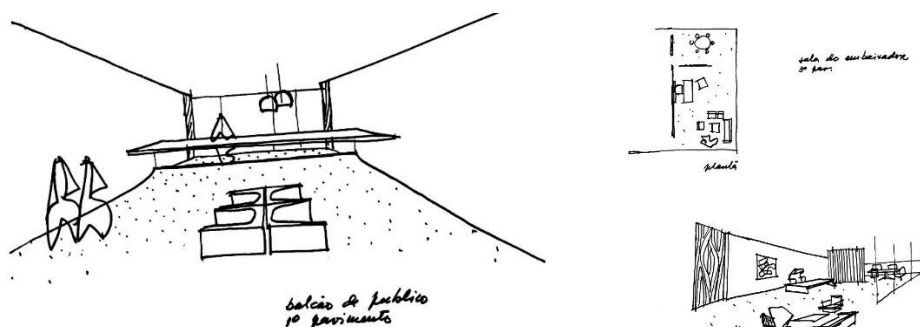
Fonte: Chaim, 2024, p. 164.

Em relação ao programa de necessidades, Redig de Campos posicionou as zonas de serviços e de circulação no centro da planta, e as salas de trabalho nos dois primeiros pavimentos junto às fachadas, de modo a priorizar a iluminação natural e a vista dos exteriores em todos os postos de trabalho. No primeiro e no terceiro pavimentos, o arquiteto criou espaços de representação – com áreas que podem servir para reuniões ou recepções – logo no hall de chegada dos elevadores e escadas. No primeiro andar, alocou os espaços relacionados à documentação e à pesquisa, com salas de leitura e biblioteca. No último pavimento, na porção da planta que se aproxima da fachada principal, o arquiteto posicionou a zona de trabalho do embaixador. À luz das diretrizes que também seguiu em Buenos Aires e no trabalho dos interiores do Palácio Itamaraty, em Brasília (Chaim, 2024), ali estão localizados o gabinete, com salões de estar e de reuniões, as salas de secretarias e os aposentos pessoais do chefe do posto.

Na cuidadosa composição dos *layouts* dos salões e dos espaços de trabalho, Redig de Campos fez questão de especificar exclusivamente móveis em jacarandá e objetos de arte e

decoração representativos do *design* brasileiro (Figuras 8, 9 e 10). Era sua intenção que os interiores do projeto contassem com uma série de mesas de trabalho e de reuniões, estantes, gabinetes para armazenamento de documentos, cadeiras e poltronas elaboradas pelo escritório de *design* brasileiro L'Atelier, fundado por Jorge Zalszupin em 1955 (Loschiavo dos Santos, 1995, p. 118), como mostram os desenhos inéditos apresentados a seguir, identificados durante a pesquisa documental realizada pelo autor no acervo documental do Itamaraty, em Brasília (Chaim, 2024).

Figura 8: Croquis mostrando a escolha de mobiliário brasileiro para a chancelaria em Washington.



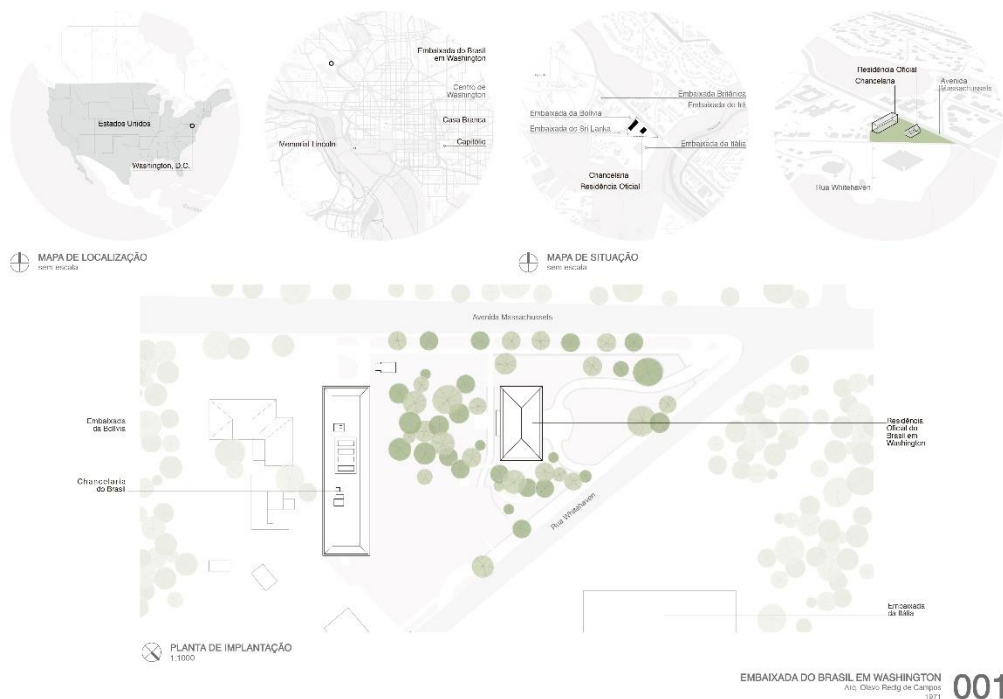
Fonte: Chaim, 2024, p. 152.

Figura 93: Colagens e desenhos esquemáticos localizados no acervo do Itamaraty, em Brasília. As imagens são de autoria de Redig de Campos e mostram os móveis do escritório L'Atelier sugeridos para aquisição para a Chancelaria em Washington D.C.



Fonte: Chaim, 2024, p. 156.

Figura 10: Plantas de implantação e locação da Chancelaria em Washington, D.C. À direita da Chancelaria, no mesmo lote, vê-se a Residência Oficial.



Fonte: Chaim, 2024, p. 141.

Figura 11: Plantas baixas do térreo e do primeiro pavimento.



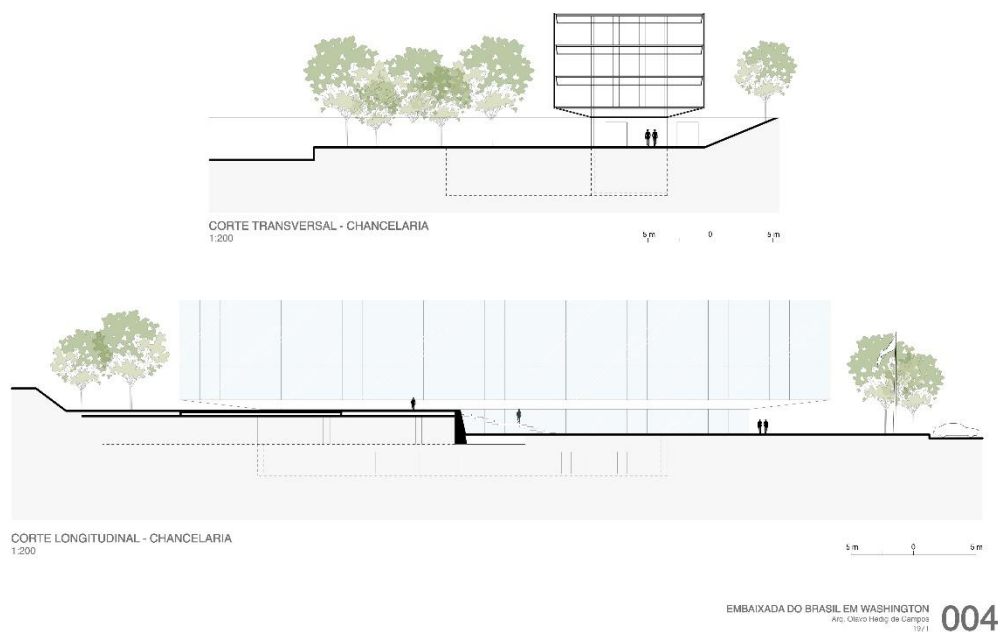
Fonte: Chaim, 2024, p.142.

Figura 12: Plantas baixas do segundo e terceiro pavimentos.



Fonte: Chaim, 2024, p. 143.

Figura 13: Corte transversal e corte longitudinal.



Fonte: Chaim, 2024, p. 144.

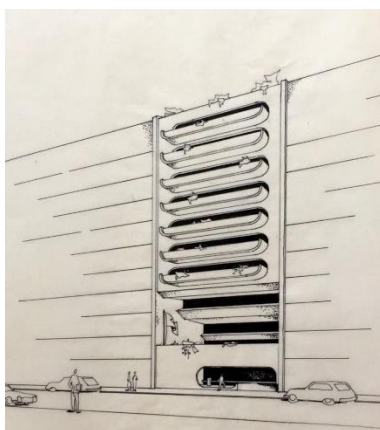
Buenos Aires – 1976

É conhecida a aproximação entre Brasil e Argentina nos mais diversos aspectos, desde o histórico e cultural até parcerias econômicas que se consolidaram após rivalidades e disputas no continente sul-americano ao longo dos séculos. Foi apenas a partir dos anos 1980 que a conexão entre os países se efetivou, especialmente após a criação do Mercosul (Gonçalves; Lyrio, 2003).

Para alguns autores, a diplomacia cultural foi fundamental na definição dessas políticas de aproximação entre os governos da Argentina e do Brasil, especialmente a partir da década de 1930. Nesse contexto, a aquisição do Palácio Pereda para funcionamento da Embaixada brasileira em Buenos Aires, em 1936 (Chaim, 2024), foi estratégico instrumento para articulação do *soft power* brasileiro com a nação vizinha. Localizado no tradicional bairro da Recoleta, o exemplar da arquitetura neoclássica portenha abriga ainda hoje a residência oficial brasileira (Chaim *et al.*, 2019). Em terreno vizinho, localiza-se o edifício anexo para a qual foi transferida a Chancelaria, idealizado e conduzido por Olavo Redig de Campos a partir de 1976 (Figura 15).

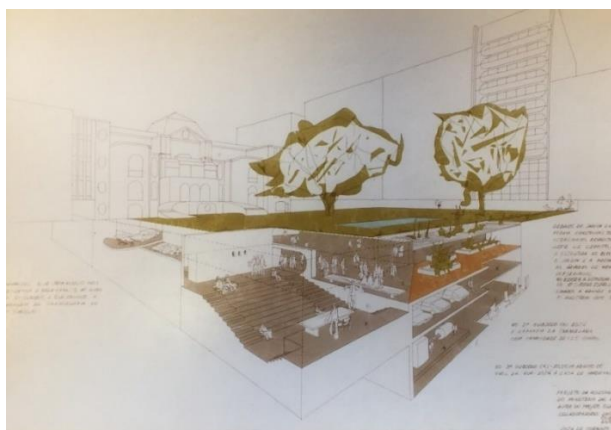
Localizado em lote perpendicular à posição da Residência Oficial do Brasil, com fachada posterior voltada aos jardins do Palácio Pereda, o terreno da nova Chancelaria tinha tanto características que favoreceriam sua conexão com a cidade quanto prejudicariam a distribuição de suas funções devido ao “caráter marcadamente comercial de sua implantação”, conforme menciona o memorial descritivo escrito por Olavo Redig de Campos e localizado nos arquivos do Itamaraty, em Brasília.

Figura 4: Primeira versão para a composição da Chancelaria do Brasil. Documento constituinte do memorial descritivo do projeto.



Fonte: Chaim, 2024, p. 189.

Figura 5: Perspectiva isométrica ilustrativa da proposta de conexão visual no térreo, e funcional no subterrâneo entre os edifícios da Chancelaria e da Residência Oficial. Ao fundo, à esquerda, a fachada posterior do Palácio Pereda. À direita, os fundos do prédio da chancelaria.



Fonte: Chaim, 2024, p. 194.

A solução sugerida por Redig de Campos para este problema foi a de criar um recuo no acesso principal ao projeto nos níveis térreo e primeiro pavimento – um pátio ajardinado–, de modo que o edifício se diferenciassse volumetricamente das construções adjacentes. Isto se daria, ainda, pela proposta de um anteparo esculpido em aço inoxidável, que marcaria a transição entre os espaços interno e externo da Chancelaria (Figura 14). De modo a compensar a perda de área construtiva provocada por essa sugestão, propôs-se a expansão

virtual do térreo a partir da conexão visual com a área de jardins do Palácio Pereda, aos fundos do lote, por meio da proposta de painéis de vidro no limite posterior da construção (Figuras 16 e 17).

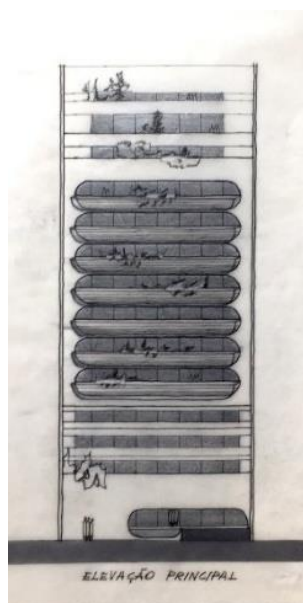
O edifício construído, entretanto, substituiu os painéis de vidro, que garantiriam a permeabilidade visual proposta inicialmente, por um painel de azulejos de autoria de Athos Bulcão, que emoldura o jardim de inverno nos fundos do lote (Figura 18). Apesar dessa alteração, nas diversas versões do projeto, o conceito original pensado para conexão com a cidade foi mantido: uma zona de transição no térreo, o favorecimento do percurso longitudinal ao longo do hall de recepção e a criação de um anteparo que delimitasse a fronteira posterior com a residência.

Figura 6: Fachada principal da chancelaria e relação com o entorno.



Fonte: Chaim, 2024, p. 201.

Figura 7: Desenho esquemático da fachada principal de autoria de Redig de Campos.



Fonte: Chaim, 2024, p. 189.

Figura 8: Térreo da chancelaria com o painel de azulejos de Athos Bulcão ao fundo do lote.

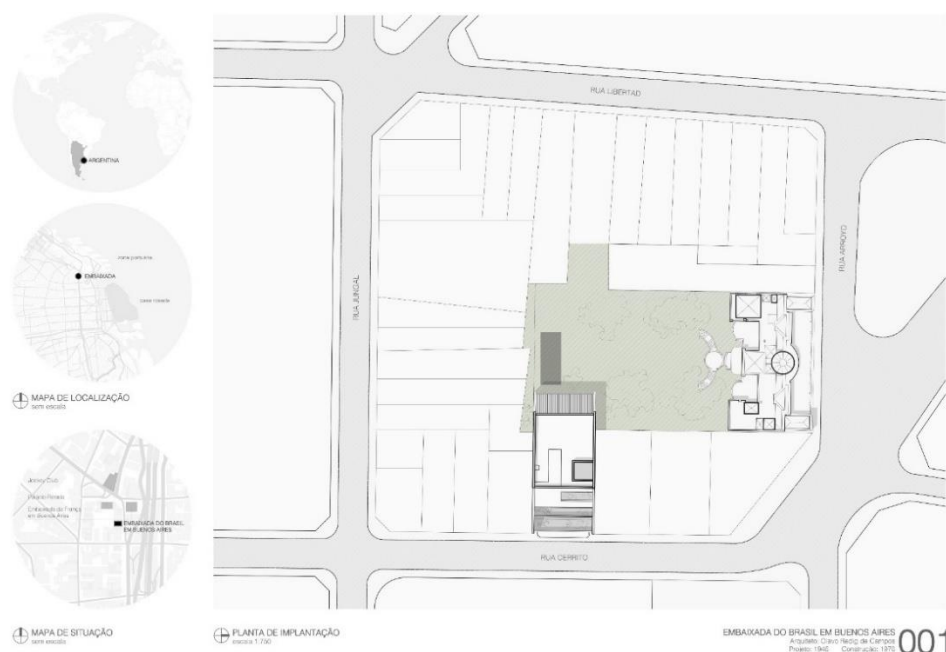


Fonte: Chaim, 2024, p. 202.

Em relação à fachada principal em concreto armado (Figura 16), a materialidade da definição dos pavimentos e a leitura sintética da volumetria do edifício brasileiro também estavam em sintonia com o que vinha sendo produzido pelos arquitetos locais, a exemplo do que realizou Clorindo Testa para o Banco de Londres em Buenos Aires, em 1966. Como menciona o memorial descritivo do projeto, o desafio principal foi o de garantir privacidade aos espaços de trabalho, ao mesmo tempo em que pretendia amenizar o aspecto de ‘clausura’ da volumetria maciça em concreto. A solução encontrada foi a proposta de varandas autoportantes na fachada principal, que avançam ligeiramente em relação ao plano horizontal definido pela guarita, no térreo. Trata-se de estruturas com formato oblongo que abrigam jardineiras em cada um dos pavimentos. Visualmente, a alternância entre cheios e vazios por elas definidas é ritmada e regular, já que as estruturas em concreto – e as vigas invertidas que as sustentam – ocupam cerca da metade da altura de cada pé-direito. A presença do verde nas jardineiras, por outro lado, ameniza o impacto por vezes agressivo do concreto armado.

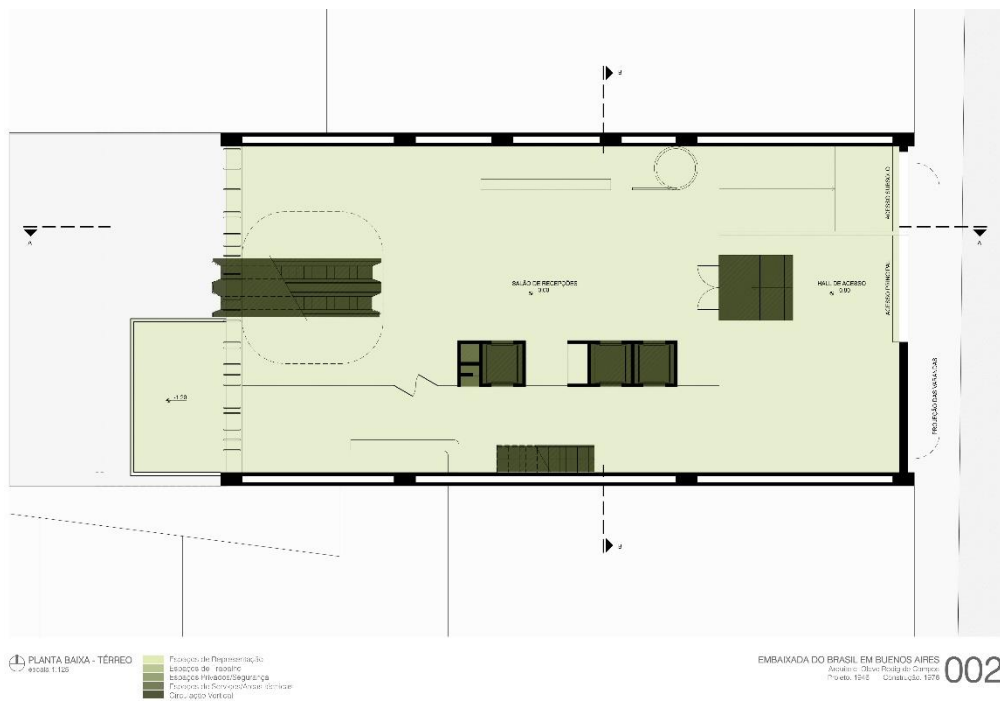
O edifício tem treze pavimentos, além dos três níveis de garagens subterrâneas. Neles, se distribuem os espaços de representação nos pisos térreo, primeiro, segundo e terceiro; os espaços de trabalho entre os pisos quarto e décimo primeiro; e os gabinetes e apartamentos do embaixador nos pisos décimo segundo e décimo terceiro. É interessante notar como a disposição funcional do edifício e as características de suas três zonas principais seguem a organização espacial definida para o Palácio Itamaraty em Brasília. Isso mostra a compreensão refinada por parte de Redig de Campos das especificidades do projeto de edifícios diplomáticos.

Figura 19: Plantas de implantação e locação da Chancelaria em Buenos Aires. À direita da chancelaria, conectados pelo jardim marcado em verde, está a Residência Oficial, o Palácio Pereda.



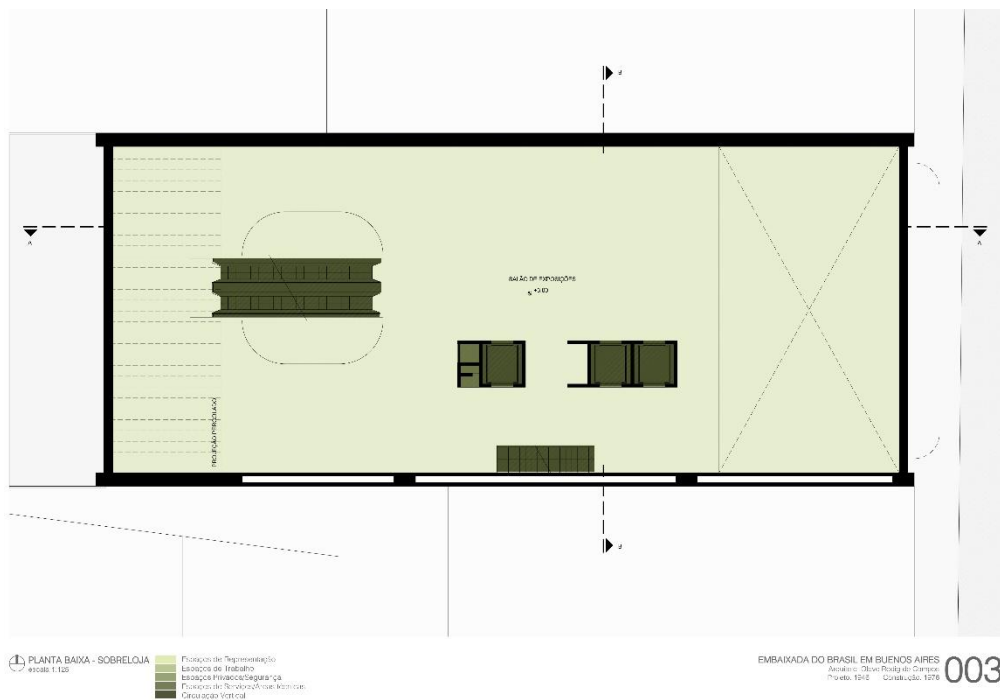
Fonte: Chaim, 2024, p. 179.

Figura 20: Planta baixa do térreo.



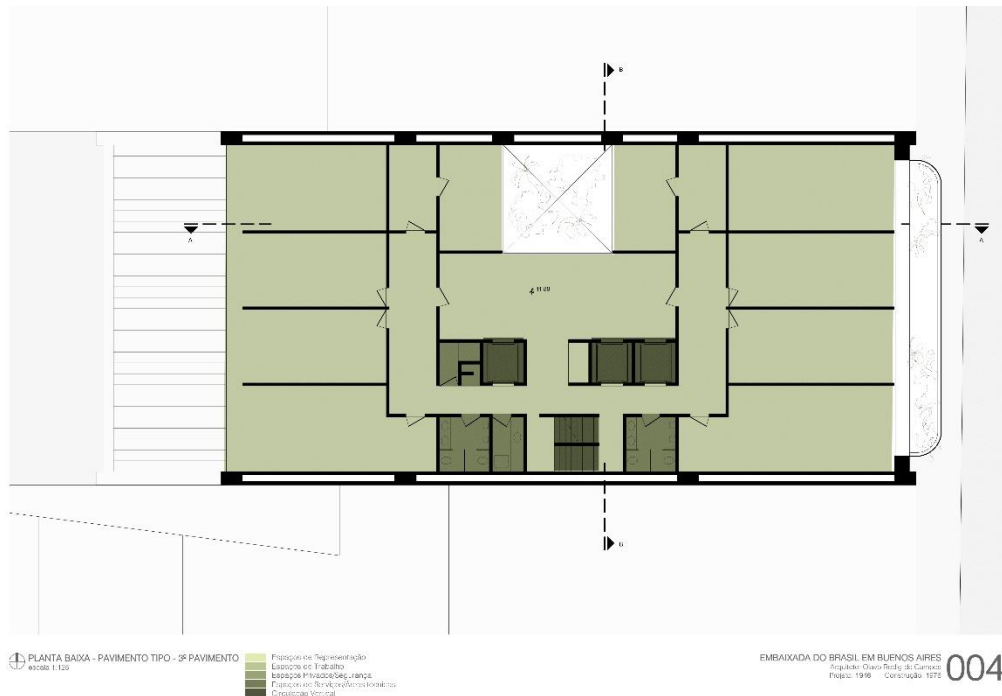
Fonte: Chaim, 2024, p. 180.

Figura 21: Planta baixa da sobreloja.



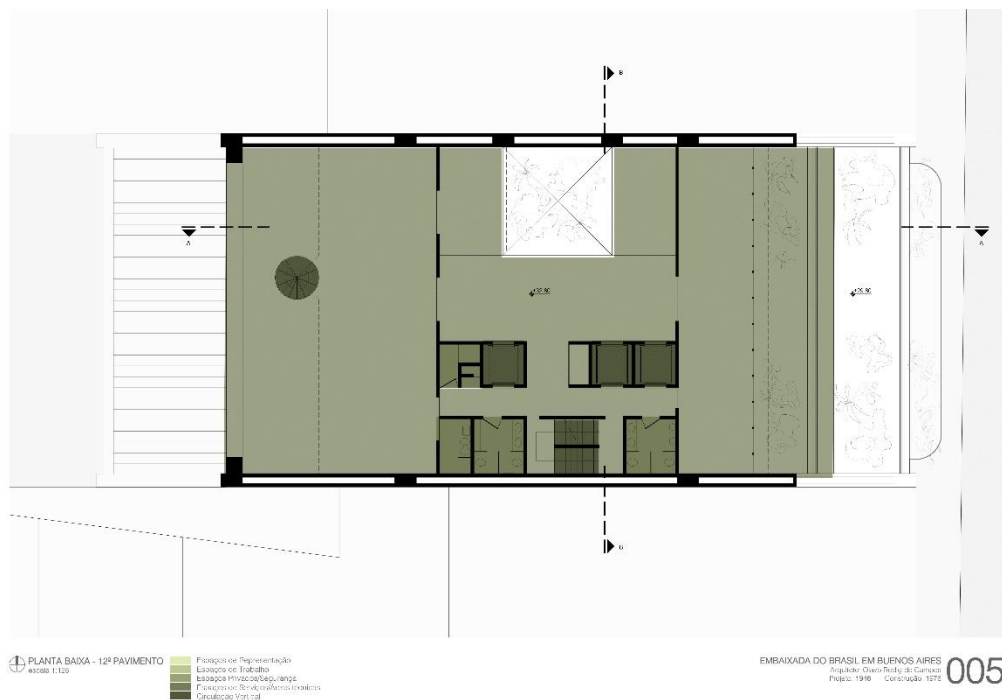
Fonte: Chaim, 2024, p. 181.

Figura 22: Planta baixa do pavimento tipo até o terceiro andar.



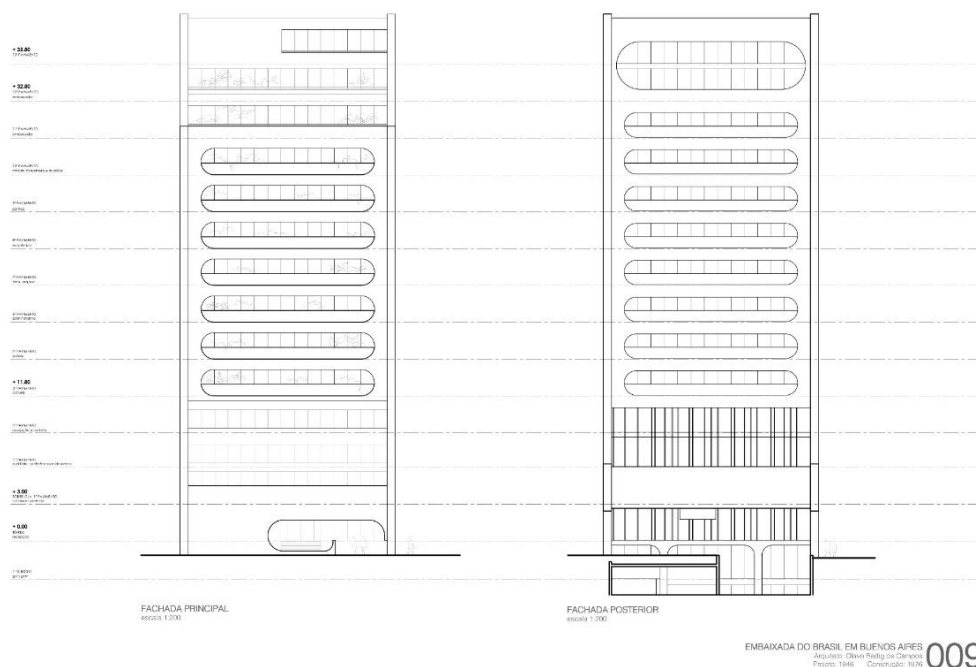
Fonte: Chaim, 2024, p. 182.

Figura 22: Planta baixa do pavimento tipo.



Fonte: Chaim, 2024, p. 183.

Figura 23: Fachadas principal e posterior da Chancelaria em Buenos Aires.



Fonte: Chaim, 2024, p. 184.

CONCLUSÃO

A trajetória da arquitetura diplomática brasileira no continente americano confirma que a circulação do vocabulário moderno ultrapassou a mera influência estética, convertendo-se em instrumento de diplomacia cultural. Como demonstrado pelas chancelarias do Brasil em Washington e em Buenos Aires, aqui apresentadas, o Estado brasileiro soube capitalizar o prestígio internacional conquistado por sua arquitetura nas décadas de 1930 a 1950 para, nas décadas seguintes, consolidar sua presença no cenário internacional.

Se, em um primeiro momento, os Estados Unidos mobilizaram a modernidade como linguagem de aproximação entre os países americanos, o Brasil reelaborou essa lógica ao se apropriar da arquitetura não apenas como instrumento de aproximação, mas também de destaque e afirmação nacional. Os edifícios nas capitais norte-americana e argentina evidenciam, portanto, como as estratégias diplomáticas do Itamaraty se materializaram por meio de uma arquitetura capaz de dialogar com diferentes contextos políticos e culturais, sem abrir mão de uma linguagem própria, reconhecida internacionalmente.

Embora este estudo tenha se concentrado em duas representações diplomáticas situadas no continente americano, cabe considerar que ambas integram um movimento mais abrangente de projeto e realização das sedes brasileiras no exterior, desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores em diferentes países e continentes. Da América ao Oriente Médio, na África e na Ásia, a arquitetura das representações diplomáticas brasileiras participou de uma estratégia de projeção internacional que buscava responder às demandas específicas das relações bilaterais e, simultaneamente, comunicar uma imagem de modernidade e desenvolvimento nacional. Nesse sentido, os projetos de Washington e Buenos Aires constituem manifestações particulares de uma política de representação que ultrapassava os limites do continente americano.

O estudo das duas embaixadas confirma a hipótese de que seus projetos operaram como instrumentos de *soft power*, ao associar a imagem do Brasil aos valores de um Estado nacional em desenvolvimento e transformação. A arquitetura brasileira inserida nesses territórios americanos reflete, portanto, as marcas de uma modernidade forjada na circulação de intelectuais, arquitetos e diplomatas, nas disputas de poder e no desejo de afirmação de uma identidade nacional coletiva. Inseridas em uma rede de representações diplomáticas de alcance mundial, essas obras revelam, dessa maneira, o papel da arquitetura não apenas como expressão da cultura brasileira, mas também como instrumento de intercâmbio transnacional e de afirmação política no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAIM, G. M. C. **A arquitetura da diplomacia: projetos das embaixadas do Brasil no exterior (1962 - 1981)**. Tese (doutorado) — Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2024.
- CHAIM, G. M. C.; MEDEIROS, A. E. de A.; BARBOSA, C. L. R.; SOARES, J. L. O arquiteto da diplomacia: a trajetória profissional de Olavo Redig de Campos. In: **Anais do 13º Seminário DOCOMOMO Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira**. Salvador: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, 2019.
- CHAIM, G. M. C.; MEDEIROS, A. E. de A. A relevância da documentação para a preservação do patrimônio moderno: estudo de caso do edifício da embaixada do Brasil em Buenos Aires. In: **Anais do 13º Seminário DOCOMOMO Brasil: Arquitetura Moderna Brasileira**. Salvador: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento da Bahia, 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 56.435, de 8 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jun. 1965.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- CASARÕES, G.; VIGEVANI, T. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? *História*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 150-188, 2014.
- COMAS, C.E.D. A feira mundial de Nova York de 1939: o pavilhão brasileiro. **ARQTEXTO**, Porto Alegre, n. 16, p. 56–97, 2010.
- DECKKER, Z. **Brazil built: the architecture of the modern movement in Brazil**. London: Spon Press, 2001.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- FONSECA JR., G. Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da política externa independente e do pragmatismo responsável. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. de (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. v. 1, 2006.
- GARCIA VARGAS, E. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; FUNAG, 2006.
- GIEDION, S. **Space, time and architecture: the growth of a new tradition**. 5. ed. rev. ampl. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- GONÇALVES, J.; LYRIO, M. Aliança estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas. **Dossiê CEBRI**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-25, 2003.

- LOSCHIAVO DOS SANTOS, M. C. **Móvel moderno no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1995.
- MOURA, G. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- MOURA, G. **Relações exteriores do Brasil: 1939-1945: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.
- RIBEIRO, E. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2011.
- RICUPERO, R. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2021.
- ROSSETTI, E. P. Palácio do Itamaraty: questões de história, projeto e documentação (1959-70). **Arquitextos**, São Paulo, ano 9, n. 106.02, mar. 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.106/65>. Acesso em: 20 out. 2026
- SCHWARCZ, L. (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010. v. 3: a abertura para o mundo, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SCHWARCZ, L. (coord.). **História do Brasil nação: 1808-2010. v. 4: olhando para dentro, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- VILLANOVA, C. **Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI**. Brasília: FUNAG, 2017.

NOTAS

¹ Conforme estabelecido pela Convenção de Viena sobre o direito dos tratados, em 1961.

² Vinculada à afirmação da imagem positiva de um país no exterior, a ‘diplomacia cultural’ consiste no “conjunto de iniciativas de um país com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional ao tornar seus recursos e conquistas culturais reconhecidos no exterior” (Ribeiro, 2011, p. 36). Segundo Villanova (2017), a diplomacia cultural é aplicada por meio de uma série de ferramentas, dentre as quais o *soft power*, termo “usado para avaliar os meios pelos quais os países podem aumentar seu poder de influência no cenário internacional mediante a capacidade de atração de sua cultura, de seus valores e dos ideais políticos” (Villanova, 2017).

³ Os três arquitetos mencionados trabalharam nos projetos das embaixadas brasileiras a partir de vínculos distintos com o Itamaraty. Olavo Redig de Campos, servidor da casa e chefe do Setor de Conservação e Patrimônio, teve papel central na definição de programas, métodos e diretrizes projetuais para as representações brasileiras no exterior, além de ter trabalhado ativamente na transferência do Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro para Brasília. Sua atuação encontrou continuidade no trabalho de Dubugras, que deu prosseguimento às orientações do antecessor após sua aposentadoria, em 1976, na modalidade de consultor externo em diversos projetos. Ohtake, por sua vez, foi indicado ao Itamaraty para desenvolver os projetos para a Chancelaria e para a Residência Oficial em Tóquio (Chaim, 2024, p. 89).

⁴ Embora este artigo se limite a apresentar os projetos realizados em Washington e Buenos Aires, o conjunto integral dos projetos de embaixadas realizados nas demais localidades foi investigado na tese de doutorado em que este artigo se baseia. O trabalho se propôs a compreender a intenção do Ministério das Relações Exteriores em investir em projetos realizados por arquitetos brasileiros a partir dos anos 1960 como parte de ações estratégicas para garantir a presença do Brasil no cenário internacional, e envolveu o levantamento de documentação inédita no acervo institucional do Itamaraty, em Brasília, e em acervos particulares de outras instituições. A pesquisa, comprometida com as ações de preservação da documentação do patrimônio moderno, resultou na recuperação do material e no redesenho das soluções de projeto para cada uma das chancelarias e residências oficiais.

⁵ É importante esclarecer que uma embaixada é formada pela chancelaria – o espaço de trabalho e acessível ao público – e pela residência oficial – restrita ao corpo diplomático, e que esses dois espaços podem ou não estar concentrados em um mesmo edifício.